PAULO HENRIQUE SIGNORI PINESE

O Regime Jurídico do Contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) no Financiamento de Projetos (*Project Finance*)

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Alcides Tomasetti Júnior

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2015

PAULO HENRIQUE SIGNORI PINESE

O Regime Jurídico do Contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) no Financiamento de Projetos (*Project Finance*)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, sob a orientação do Professor Doutor Alcides Tomasetti Júnior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2015

RESUMO

PINESE, Paulo Henrique Signori. **O Regime Jurídico do Contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) no Financiamento de Projetos (*Project Finance*)**. 2015. 120 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta dissertação de mestrado visa analisar o regime jurídico do contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (ou contrato de EPC), tomadas como premissas os princípios do modelo de financiamento de projetos (*project finance*), conforme utilizado no setor de infraestrutura e obras de grande porte. O trabalho parte do regime jurídico do contrato de empreitada do Código Civil de 2002, traçando um paralelo com as características principais do contrato de EPC e os interesses envolvidos em um projeto financiado com recurso limitado (*limited recourse*) ou sem recurso (*no recourse*) ao patrimônio dos patrocinadores, com o objetivo de verificar a adequação das normas da empreitada ao referido instituto ou a eventual necessidade de regramento específico sobre a matéria.

Palavras-chave: contrato de EPC – financiamento de projetos – regime jurídico – empreitada – projetos de infraestrutura.

ABSTRACT

PINESE, Paulo Henrique Signori. **The Legal Framework of the EPC Agreement under the Project Finance**. 2015. 120 p. Master Thesis – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

This master thesis aims at analyzing the legal framework on the Engineering, Procurement and Construction Agreement (EPC), based on the principles and rules of the project finance as applied to the construction and infrastructure areas. The present work sets forth the basis of the construction agreement (*contrato de empreitada*) as set forth in the Brazilian Civil Code, establishing a comparison with the main aspects of the EPC contract and the interests involved in a limited recourse or no recourse financed project with the objective of verifying the adequacy of the rules of the Brazilian construction agreement (*contrato de empreitada*) to the EPC contract or the need to create an specific legal framework for such agreement.

Key words: EPC contract – project finance – legal framework – construction agreement – infrastructure projects.

INTRODUÇÃO

O setor de construção ocupa, atualmente, posição de destaque dentre os ramos da economia brasileira. Algumas das grandes empresas do ramo de construção civil atravessaram, na última década, processos de abertura de capital na BM&FBOVESPA, admitindo acionistas minoritários dentro do seu quadro social e profissionalizando a sua gestão, de forma a torná-las mais atrativas para o investidor nacional e estrangeiro.

Ademais, os principais investimentos governamentais em obras públicas tiveram a participação de determinadas empresas do ramo, as quais contaram, na maioria dos casos, com financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para conclusão da obra. Em algumas situações, as obras contaram também com financiamento de instituições externas de fomento, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Um dos modelos mais utilizados de financiamento para a consecução de empreendimentos de infraestrutura, no Brasil e no exterior, é o do financiamento de projetos (em Inglês, *project finance*). O fundamento desse modelo reside no financiamento de empreendimentos em que o financiador não tem acesso (*nonrecourse*) ou tem apenas acesso restrito (*limited recourse*) ao patrimônio dos empreendedores, de forma que a principal garantia dos credores são as receitas futuras do próprio empreendimento.

Para se atingir tal objetivo, os sócios patrocinadores do projeto constituem, via de regra, uma sociedade de propósito específico (também conhecida pela sigla “SPE”), que será a titular dos ativos e passivos relativos ao empreendimento. Os sócios patrocinadores, por outro lado, respondem apenas pelo investimento feito no capital da SPE, ou, eventualmente, na medida de eventual garantia pessoal ou real exigida pela instituição financeira para a concessão do empréstimo (no modelo *limited recourse*).

Para além do contrato de financiamento (mútuo de escopo), o financiamento de projetos, do ponto de vista jurídico, corresponde a uma rede de negócios jurídicos celebrados entre a SPE, os financiadores, fornecedores e adquirentes do produto final do

projeto. Tais negócios jurídicos objetivam regular os direitos e deveres recíprocos dos sujeitos, de modo a permitir a adequada alocação de riscos entre as partes envolvidas no projeto e a consecução do seu fim social, qual seja, a exploração da atividade respectiva e a produção de riquezas para circulação no mercado.

Um dos negócios jurídicos mais relevantes, no âmbito de um financiamento de projetos, é o contrato de construção do empreendimento. São os chamados, na designação anglossaxã, *construction contracts*. Uma das espécies mais recorrentes em um financiamento de projetos de contrato de construção é o contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (ou contrato de EPC). Por meio deste contrato, o empreiteiro (ou epecista) obriga-se a elaborar o projeto da obra, segundo as especificações apresentadas pelo dono da obra, a contratar o fornecimento de materiais e equipamentos, construir o empreendimento e entregá-lo à sociedade do projeto para operação.

Sobre tal contrato paira uma dúvida, na doutrina, acerca da correta classificação de sua natureza. Há autores que defendem ser um contrato atípico, outros que se trata de uma empreitada integral com características próprias a depender das especificações do projeto em questão.

Na contramão do desenvolvimento recente dos contratos de construção fora do Brasil, entre nós o contrato de empreitada é um dos institutos jurídicos que menor atenção recebeu dos doutrinadores e juristas. Existem, atualmente, poucos estudos e monografias dedicados ao instituto jurídico da empreitada, o que parece ser um contrassenso, dada a relevância do tema e sua ampla aplicação ao setor da engenharia, infraestrutura e indústria.

De acordo com a norma constante do Artigo 610 do Código Civil, “o empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais”. O Código Civil não apresenta uma definição do que seja o contrato de empreitada, apenas contém uma definição acerca do que pode ser objeto da empreitada.

No entanto, a doutrina, ao discorrer sobre a empreitada, a define como o “contrato pelo qual alguém se obriga a fazer certa e determinada obra a outrem, mediante

remuneração previamente determinada ou proporcional ao trabalho executado”.¹ A empreitada, ainda, é classificada, segundo sua natureza, como negócio jurídico bilateral, sinalagmático, oneroso, comutativo, consensual e não solene.

Em virtude do acima exposto, o tema da dissertação será a análise do regime do jurídico do contrato de EPC, à luz das regras da empreitada integral previstas no Código Civil de 2002, com o objetivo de apurar (i) a natureza jurídica do contrato de EPC, sob o prisma do ordenamento jurídico brasileiro; (ii) a aplicação das regras previstas no Código Civil e na legislação esparsa sobre a empreitada ao contrato de EPC e ao financiamento de projetos; e, (iii) se tal legislação atende às necessidades da praxe comercial, e, conforme o caso, em que medida o legislador poderia contribuir para o desenvolvimento da dogmática dos contratos de construção no Brasil.

Tomando por base o escopo acima definido, o Capítulo I da dissertação será dedicado a breves considerações acerca do contrato de empreitada, conforme o seu regime jurídico previsto no Código Civil de 2002, bem como o campo de aplicação prática da empreitada no Brasil. O Capítulo II terá como objetivo tratar do regime jurídico do contrato de EPC, levando-se em consideração os princípios que regem o financiamento de projetos (*project finance*) e os interesses dos sujeitos envolvidos em um projeto (e.g. a sociedade do projeto, o empreiteiro-epcista, o agente financiador, os fornecedores e adquirentes do produto final do empreendimento).

A título de desfecho da análise, a conclusão apresentará um sumário dos principais aspectos abordados e as considerações finais sobre o tema.

¹ PAIVA, Alfredo de Almeida. **Aspectos do Contrato de Empreitada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p.5.

CONCLUSÃO

Esta dissertação partiu do conceito do contrato de empreitada e de seu regramento jurídico no Código Civil de 2002, passou pela descrição dos principais aspectos do contrato de EPC, tendo como base o modelo do financiamento de projetos (*project finance*) desenvolvido na prática mercantil dos países desenvolvidos (em especial, dos Estados Unidos da América), com a finalidade de identificar a natureza e o regime jurídico do contrato de EPC no ordenamento jurídico brasileiro.

Ao cabo da análise conduzida, concluiu-se que, não obstante a ampla aplicação prática do contrato de EPC entre nós, inexistente no subsistema jurídico pátrio um regramento único e específico para o referido instituto. Como consequência disso, não são raros os problemas que o profissional encontra na prática para tentar aplicar um conteúdo produzido em outras jurisdições à moldura estabelecida pelo legislador brasileiro.

Um dos primeiros óbices consiste na própria classificação do contrato de EPC, ora preconizada pela doutrina como sendo uma empreitada com características especiais, ora como um contrato atípico (de tipo modificado ou misto). Ademais, as questões envolvidas na hermenêutica dessa forma contratual impõem que o legislador tome iniciativa no sentido de disciplinar o instituto, reconhecendo, por outro lado, a autonomia das partes para reger direitos e deveres inerentes à relação jurídica estabelecida entre empreiteiro (= epecista) e proprietário.

Como base para a referida disciplina, o legislador poderia se utilizar de modelos largamente utilizados, tal como o modelo de contrato de EPC do *Fédération Internationale d'Ingenieurs Conseil* (FIDIC), ou, ainda, da experiência prévia com a utilização dessa forma contratual nos países da “common law”, respeitados os princípios e regras gerais do direito brasileiro. A forma que essa regulação deveria tomar e o seu conteúdo, no entanto, são temas específicos que, por si só, merecem um estudo mais aprofundado, extrapolando as fronteiras do presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPA, Guido. I contratti di engineering. In: RESCIGNO, Pietro (Org.). **Tratatto di Diritto Privato**. 2. ed. Torino: UTET, 2000. v.11 tomo 3. p. 69-85.

_____. Engineering: problemi di qualificazione e di distribuzione del rischio contrattuale. In: VERRUCOLI, Piero (Cura). **Nuovi tipi contrattuali e tecniche di redazione nella pratica commerciale: profili comparatistici**. Milano: Giuffrè, 1978, p. 331-352.

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. **Do Contrato**. Rio de Janeiro: Forense, 1960, 352 p.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do Direito Comercial**. São Paulo: Saraiva, 1947, 229 p.

_____. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado**. Campinas: Bookseller, 2001, 753 p.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia**. 4. ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva, 2002, 172 p.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Contratos de engenharia e construção. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; PRADO, Maurício Almeida (Orgs.). **Construção Civil e o Direito**. São Paulo: Lex Magister, 2011, p. 12-42.

BARRU, David J. How to guarantee contractor performance on international construction projects: comparing surety bonds with bank guarantees and standby letters of credit. **George Washington International Law Review**, v. 37, p. 51-108, 2005.

BETTI, Emilio. **Teoria Generale delle Obbligazioni**. vol. I: Prolegomeni: Funzione Economico-Sociale dei Rapporti D'Obbligazione. Milano: Giuffrè, 1953.

_____. **Teoria Generale delle Obbligazioni**. vol. II: Struttura dei Rapporti D'Obbligazione. Milano: Giuffrè, 1953.

_____. **Teoria Generale delle Obbligazioni**. vol. III: Fonti e Vicende Dell'Obbligazione. Milano: Giuffrè, 1953.

_____. **Teoria Generale delle Obbligazioni**. vol. III,2: Vicende Dell'Obbligazione e IV: Difesa Preventiva e Successiva Dell'Obbligazione. Milano: Giuffrè, 1953.

_____. **Teoria geral do negócio jurídico**. Trad. port. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2003.

BONOMI, Claudio Augusto; MALVESSI, Oscar. **Project finance: fundamentos e estudo de casos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier. Covenants - Instrumento de Garantia em Project Finance. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo, v. 2, n. 5, mai.-ago./1999, p.123-135.

_____. Project Finance e Infraestrutura: Descrição e Críticas. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 2, n. 6, set.-dez./1999, p.123-134.

BREALEY, Richard; COOPER, Ian; HABIB, Michael. The financing of large engineering projects. In: MILLER, Roger; LESSARD, Ronald R. (Orgs.). **The strategic management of large engineering projects: shaping institutions, risks and governance**. Hong Kong, MIT, 2000, p. 165-179.

BUCHÉB, José Alberto. Parcerias empresariais (*Joint Ventures*) nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 45, n. 143, jul.-set./2006, p. 156-178.

CALLAHAN, Michael T. **Construction change order claims**. 2nd ed. New York: Aspen, 2005.

CARMO, Lie Uema do. **Contratos de Construção de Grandes Obras**. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Miranda Carvalho. **Contrato de Empreitada**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1953.

CAVALLI, Sabina. Project Finance e o Princípio da Relatividade dos Contratos. **Revista de Direito Empresarial IBMEC**, Rio de Janeiro, n. 2, 2004, p. 241-253.

CAVALLO BORGIA, Rosella. **Il contratto di engineering**. Padua: Cedam, 1992.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: Chicago University, 1990.

COELHO, Ricardo E. Guarantees and Security Interest in Project Finance Transactions for the Oil and Gas Industry in Brazil. In: FRANCO, Beatriz; KALANSKY, Daniel *et al.* (Orgs.). **International Business Transactions with Brazil**. New York: Juris Publishing, Inc., 2008, p. 407-433.

CLOUGH, Richard H.; SEARS, Glenn A.; SEARS, S. Keoki. **Construction contracting**. 7th ed. Hoboken: Wiley & Sons, 2005.

COMPARATO, Fabio Konder. **O Seguro de Crédito**. São Paulo: Max Limonad, 1965.

CORDEIRO, António Menezes. **Manual de Direito Bancário**. 4. ed. rev. e atual. Coimbra: Almedina, 2010, 1190 p.

_____. **Manual de Direito Comercial**. reimp. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2009, 964 p.

DE CHIARA, Michael K.; ZETLIN, Michael S. **New York Construction Law**. New York: Aspen, 2003.

DI PEPE, Giorgio Schiano. Contratto di engineering e società di progettazione In: VERRUCOLI, Piero (Cura). **Nuovi tipi contrattuali e tecniche di redazione nella pratica commerciale: profili comparatistici**. Milano: Giuffrè, 1978, p. 354-360.

DUARTE, Rui Pinto. **Tipicidade e atipicidade dos contratos**. Lisboa: Almedina, 2000.

DUQUE, Bruna Lyra. A responsabilidade civil no contrato de empreitada. In: **Boletim de Direito Imobiliário**, n. 13, jul. 2011, p. 4-10.

ENEI, José Virgílio Lopes. A Lei de Concessões em Evolução: as Inovações da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05). **Revista do Direito da Energia**, São Paulo, Revista do Direito da Energia, São Paulo, n. 6, nov./2007, p.150-190.

_____. Contratos Coligados. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 42, n. 132, out.-dez./2003, p.111-128.

_____. **Project Finance: Financiamento com Foco em Empreendimentos (Parcerias Público-Privadas, Leveraged Buy-Outs e Outras Figuras Afins)**. São Paulo: Saraiva, 2007, 442 p.

ENGISCH, Karl. **Einführung in das juristische Denken**. 10. Aufl. Stuttgart: W. Kohlhammer, 2005, 282 p.

ESSER, Joseph. **Schuldrecht Band I: Allgemeiner Teil. Teilband 1: Entstehung, Inhalt und Beendigung von Schuldverhältnissen**. 8. völlig Neub. Aufl. Heidelberg: C. F. Müller, 1995, 354 p.

_____. **Schuldrecht Band II: Besonderer Teil. Teilband 1: Verträge**. 8. völlig Neub. Aufl. Heidelberg: C. F. Müller, 1998, 417 p.

FERRAZ, João Carlos M. Project Finance at Petrobras: How the Company Made Use of Project Finance to Overcome its Biggest Financial Challenges and Feasibly Developed its Best Projects between 1995 and 2004. In: FRANCO, Beatriz; KALANSKY, Daniel *et al.* (Orgs.). **International Business Transactions with Brazil**. New York : Juris Publishing, Inc., 2008, p. 435-455.

FERRO-LUZZI, Paolo. **I contratti associativi**. Milano: Giuffrè, 2001.

FINNERTY, John D. **Project Financing: Asset-Based Financial Engineering**. 2.ed. Hoboken, New Jersey (EUA): John Wiley & Sons, Inc., 2007, 476 p.

GALGANO, Francesco. **Diritto Privato**. 15. ed. Pádua: CEDAM, 2010, 1018 p.

_____. **Il contratto**. 2. ed. Pádua: CEDAM, 2011, 648 p.

GIL, Fabio Coutinho de Alcântara. **A onerosidade excessiva em contratos de engineering**. 2007. Tese (Doutorado em Direito Comercial). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, 627 p.

_____. **Obrigações**. 15. ed. rev. e atual. Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2002, 357 p.

_____. Empreitada e subempreitada. In: _____. **Novas questões de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 39-52.

_____. Empreitada: responsabilidade do dono da obra. In: _____. **Novas questões de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 419-435.

_____. Interpretação de cláusula de reajustamento de preço de obra. In: _____. **Novas questões de direito civil**. 2. ed.. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 195-203.

_____. Empreitada: atraso no pagamento das contas, acerto final. In: _____. **Questões mais recentes de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 181-190.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. Construção Civil - Empreitada Civil e Industrial - *Turn Key* - Limites da Incidência do ISS, ICMF e IPI. **Revista de Direito Tributário**, São Paulo, n. 111, 2010, p. 77-81.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. In: **Journal of Financial Economics** 3, 1976, p. 305-360.

JÚNIOR, Alcides Tomasetti. Comentários aos arts. 1º a 13 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. In: OLIVEIRA, Juarez de (coord.). **Comentários à lei de locações de imóveis urbanos**. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 1-172.

_____. Abuso de poder econômico e abuso de poder contratual. **Revista dos Tribunais**, 715, 1995, p. 87-107.

_____. A propriedade privada entre o direito civil e a Constituição. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, 126, 2002, p. 123-127.

_____. O objetivo da transparência e o regime jurídico dos deveres e riscos de informação nas declarações negociais para consumo. In: NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (orgs.). **Responsabilidade civil: direito de obrigações e direito negocial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v. 2., p. 65-104.

JÚNIOR, Hamid Charaf Bdine. Da Empreitada. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 96, n. 858, abr./2007, p. 82-102.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. O Contrato de Empreitada por Preço Global e a Teoria da Imprevisão. In: **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, n. 43, fev./mar. 2012, p. 5-34.

JÚNIOR, Mário Engler Pinto. **Empresa Estatal: Função Econômica e Dilemas Societários**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Importação de Modelos Contratuais**. Artigo publicado pelo Valor Econômico em 27 de setembro de 2013, acessível em <http://alfonsin.com.br/importao-de-modelos-contratuais/>, atualizado em 27.12.2014.

JÚNIOR, Tercio Sampaio Ferraz. **Introdução do Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 370 p.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003, 427 p.

KRAAKMAN, Reinier *et al.* **The Anatomy of Corporate Law. A Comparative and Functional Approach**. 2.ed. Oxford: University Press, 2009, 322 p.

LARENZ, Karl. **Lehrbuch des Schuldrechts. 1. Band. Allgemeiner Teil.** 14. neu bearb. Aufl. München: C. H. Beck, 1987, 668 p.

_____. **Lehrbuch des Schuldrechts. 2. Band. Besonderer Teil. 1. Halbband.** 13. völlig Neub. Aufl. München: C. H. Beck, 1986, 480 p.

_____. **Lehrbuch des Schuldrechts. 2. Band. Besonderer Teil. 2. Halbband.** 13. völlig Neuverf. Aufl. München: C. H. Beck, 1994, 734 p.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito.** 4. ed. Lisboa: Gulbenkian, 2005.

LARENZ, Karl; CANARIS, Claus-Wilhelm. **Methodenlehre der Rechtswissenschaft.** 3. neu bearb. Aufl. Berlin, Heidelberg: Springer, 1995, 325 p.

LARENZ, Karl; WOLF, Manfred. **Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts.** 9. Neub. und erw. Aufl. München: C. H. Beck, 2004, 985 p.

LOOSCHELDERS, Dirk. **Schuldrecht Besonderer Teil.** Köln, Berlin, München: Carl Heymanns, 2007, 609 p.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. Um problema de interpretação contratual: os contratos de empreitada. In: **Direito Comercial: textos e pretextos.** São Paulo: José Bushatsky, 1976, p. 101-117.

_____. Projeto de financiamento. Parecer lavrado em 24.12.2003. In: **Pareceres.** São Paulo: Singular, 2004, v.2, p. 1443-1460.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Redes contratuais no mercado habitacional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LORDI, Antonio. The italian construction contract: a contribution to the study of the European construction law. **Journal of Law and Commerce**, v. 24, p. 97-110, 2004.

LUMIA, Giuseppe. **Elementos de Teoria e Ideologia do Direito**. trad. Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 187 p.

MARIANGELO, Rafael; KLEE, Lukas. **Recomendações FIDIC para Orientação de Contratos de Projetos e Obras**. São Paulo: Editora Pini, 2014, 438 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de Construir**. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico: Plano da Existência**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, 328 p.

_____. **Teoria do Fato Jurídico: Plano da Eficácia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, 307 p.

MESSINEO, Francesco. **Manuale di Diritto Civile e Commerciale**. v. 1. 10. ed. Milano: Giuffrè, 1957, 654 p.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de Direito Privado. t. XXV**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, 461 p.

_____. **Tratado de Direito Privado. t. XLIII**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, 536 p.

_____. **Tratado de Direito Privado. t. XLIV**. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, 483 p.

_____. **Tratado de Direito Privado. t. XLVII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1964, 501 p.

_____. Parecer sobre contrato de empreitada, cumprido pelos figurantes, sem reclamações dentro do prazo fixado no contrato e sem atendimento de outras exigências, e inexistência de cláusula rebus sic stantibus. In: **Dez anos de pareceres**. v. 10. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 192-202.

_____. Parecer sobre não ser responsável pelos danos que resultaram da execução da execução do projeto, feito por outrem, empresa construtora que só se responsabilizou pela obra e pelos serviços. In: **Dez anos de pareceres**. v. 10. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 181-191.

MORAES, Luiza Rangel de. Considerações sobre BOT - Project Finance e suas Aplicações em Concessões de Serviços Públicos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n.212, abr.-jun./1998, p.135-150.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Sociedade em comum**. São Paulo: Malheiros, 2013, 192 p.

OLIVEIRA, A. Gonçalves de. Empreitada – Responsabilidade Civil de Arquitetos e Construtores. **Revista Forense**. v. 241 (Pareceres), p. 54-60, 1972.

PAIVA, Alfredo de Almeida. **Aspectos do Contrato de Empreitada**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, 156 p.

PELUSO, Cesar (coord.). **Código Civil Comentado: Doutrina e Jurisprudência**. 5. ed. Barueri: Manole, 2011, 2504 p.

PENTEADO, Mauro Bardawil. **O Penhor de Ações no Direito Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008, 223 p.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Consórcio de Empresas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979, 173 p.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Contrato de empreitada. **Revista de Direito Tributário**, São Paulo, v. 13, n. 50, out.-dez./1989, p. 42-49.

PEREIRA, Jorge de Brito. Do conceito de obra no contrato de empreitada. **Revista da Ordem dos Advogados**, Lisboa, v. 54, n. 2, p. 569-622, 1994.

PRITCHARD, Nigel; SCRIVEN, John. **EPC Contracts and Major Projects (A Guide to Construction and Other Project Contracts)**. London: Sweet and Maxwell, 2011, 394 p.

REGO, Frederico Estellita de Macedo Rego; VECCHI, Denise Bueno. Contratos de Empreitada. In: **Revista de Direito Renovar**, n. 40, jan./abr. 2008, p. 9-28.

RIBEIRO, Renato Ventura. Direito de retenção no contrato de empreitada. **Revista de Direito Mercantil, industrial, econômico e financeiro**. São Paulo. n. 141, p. 57-68, janeiro-março/2006.

ROCHA, João Luiz Coelho da. Novas Alternativas e Derivações Jurídicas para a Agregação Empresarial. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, v. 39, n. 118, abr.-jun./2000, p. 94-100.

ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Coimbra: Almedina, 2009, 371 p.

_____. **Il Contratto**. Milano: Giuffrè, 2001.

SALOMÃO NETO, Eduardo. **Direito Bancário**. São Paulo: Atlas, 2005, 615 p.

_____. Financiamento de Projetos com Recursos Internacionais (Project Finance). **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 7, n. 23, jan.-mar./2004, p.53-92.

SEIXAS, Renato. Project Finance em Empreendimentos de Pequeno e Médio Porte. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 10, n. 37, jul.-set./2007, p.30-47.

SEPPÄLÄ, Christopher R. Suitability of the FIDIC Silver Book (1999) as a Standard Form of Construction Contract for Use in Privately-Financed Infrastructure Projects. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 5, n. 19, p. 115-134.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. **A Obrigação como Processo**. reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, 176 p.

_____. Contrato de Engineering. In: **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 81, n. 685, 1992, p. 29-40.

SILVA, João Calvão. Empreitada e responsabilidade civil. In: SILVA, João Calvão. **Estudos de direito civil e processo civil (pareceres)**. Coimbra: Almedina, 1999, p. 9-40.

SILVA, Leonardo Toledo da. Os Contratos EPC e os Pleitos de Reequilíbrio Econômico-Contratual. In: SILVA, Leonardo Toledo da (Orgs). **Direito e Infraestrutura**. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 19-60.

STUBER, Walter Douglas. **O financiamento de projetos no Brasil e a lei das concessões**. São Paulo: Max Limonad, 1996, 242 p.

The Legal and Tax Committee of the British Chamber of Commerce and Industry in Brazil. **Doing Business in Brazil**. 5. ed., São Paulo: The British Chamber of Commerce and Industry in Brazil, 2005, 351 p.

TELLES, Inocêncio Galvão. **Manual dos Contratos em Geral**. 4. ed. refund. e atual. Coimbra: Coimbra Ed., 2004, 551 p.

TIMM, Luciano Benetti; D'ÁVILA, Anderson Jardim. Alienação Fiduciária em Garantia no Project Finance no Brasil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 13, n. 51, jan.-mar./2011, p.131-155.

TRABUCCHI, Antonio. **Instituzioni di Diritto Civile**. Pádua: CEDAM, 1968.

VARELA, Antunes. **Direito das Obrigações**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1977, 383 p.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos Atípicos**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009, 524 p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Coleção Direito Civil v. 2: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, 625 p.

_____. **Coleção Direito Civil v. 3: Contratos em Espécie**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011, 634 p.

VIANA, Marco Aurélio Silva. **Contrato de construção e responsabilidade civil: teoria e prática**. 2. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 1981, 153 p.

WALD, Arnoldo. A Aplicação da Teoria da Imprevisão na Empreitada. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 28, n. 98, jul./2008, p. 59-74.

WERREMEYER, Kit. **Understanding & negotiating construction contracts**. Kingston: RSMeans, 2006.

WOOD, Philip R. **Project Finance, Securitisations, Subordinated Debt**. Londres: Sweet and Maxwell, 2007, 262 p.

YESCOMBE, E.R. **Principles of Project Finance**. San Diego (EUA): Academic Press (Elsevier), 2002, 344 p.